

ENSINO A DISTÂNCIA: FUNDAMENTOS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS*

Marco Thulio Lopes (UFVJM)
Elayne de Moura Braga (UFVJM)

Resumo: O Ensino a Distância (EaD), modalidade de educação efetivada através uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, tem tido grande expansão. O objetivo deste artigo é apresentar esta modalidade de ensino no que tange seus fundamentos e suas principais características. Neste sentido, são abordados brevemente alguns conceitos, o desenvolvimento histórico, a legislação brasileira, assim como alguns dados estatísticos. Dentre as principais características do EaD, enfatizamos a interatividade e a autonomia e abordamos também um dos grandes desafios do EaD: a evasão. O presente artigo evidencia a necessidade e importância de pesquisas na área.

Palavras-chave: Ensino a Distância; Tecnologias da Informação e Comunicação; Evasão.

1 Ensino a Distância

O Ensino a Distância (EaD) está ganhando cada vez mais destaque no cenário educacional (LOPES; FARIA, 2013) e atualmente, com apoio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), a capacidade do EaD em se adaptar às diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes tem sido o ponto chave em sua difusão. Com intuito de compreender a origem desse destaque, propomos uma exposição sobre os conceitos referentes ao EaD.

Logo de início é importante ressaltar que a própria sigla EaD engloba vários significados, como, por exemplo, educação a distância, ensino a distância, educação aberta e a distância, entre outros. Em uma busca pela definição de EaD, é possível rapidamente notar a variedade de autores que divergem entre si, mesmo apresentando um ponto em comum, a separação física no tempo e/ou espaço entre os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Belloni (2008) comenta que as definições do EaD, em sua maioria, tendem a retratar esta modalidade com base na perspectiva do ensino convencional da sala de aula, algo que é um erro para o autor. Tais compreensões levam a possíveis rejeições e descartes, impossibilitando a promoção de democratização do acesso à educação (PETERS, 2009).

Peters (1973, *apud* ALVES 2011, p.85), descreve EaD como “uma forma industrializada de ensinar e aprender”. Keegan (1991, p.38) define o EaD enfatizando “a separação física entre professor e aluno, que o distingue do ensino presencial”. Chaves (1999, *apud* ALVES, 2011, p.85) retoma a discussão dizendo que “o ensino a distância é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou espaço)” e propõe que essa distância seja contornada através do uso de tecnologias da comunicação.

Em sua contribuição, Preti (2002) aponta que no EAD deve existir no mínimo um canal que viabilize a interação e interatividade entre educadores e educandos. É necessária uma estrutura organizacional a serviço dos educandos, disponibilizando material didático, orientação acadêmica e uma gestão confiável (*op. cit.*). O autor enfatiza ainda a possibilidade da aprendizagem de forma independente (auto-aprendizagem) e aprendizagem por meio de interações sociais, com colegas de curso e orientadores.

O conceito de EaD no Brasil é definido pelo decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, como “modalidade na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e

* XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online

aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2005).

Essa diversidade de definições nos faz perceber que o fenômeno educativo é complexo. Lopes e Faria (2013, p. 26) explicam que essa complexidade vem do fato da educação ser uma prática essencialmente humana, “que carrega consigo características inerentes ao ser social que a produz e que é por ela produzido”. Os autores destacam que o ensino a distância, assim como a própria história, é um constructo histórico (LOPES; FARIA, 2013).

Desenvolvimento Histórico

Neste sentido, compreender o EaD através da perspectiva histórica faz-se essencial, pois seu surgimento e as fases pelas quais se deu sua trajetória, estão ligados a mudanças nos sistemas produtivos (LOPES; FARIA, 2013).

Segundo Lopes e Faria (2013), é no século XIX, mais precisamente na Europa, que o ensino através de correspondências se caracteriza como a primeira geração do EaD no mundo. Peters (2009) afirma que nos locais onde a industrialização modificou condições sociais, tecnológicas e profissionais, essa prática de EaD foi difundida. O autor ressalta que os empresários da época “perceberam que poderiam lucrar com a produção e a distribuição em massa de material para estudo utilizando tecnologias como os correios e as ferrovias” (PETERS, 2009, p. 30).

Nessa primeira fase, o EaD buscava atender às necessidades desta organização produtiva, pois são adotados os princípios da produção e consumo em massa. Em seus estudos, Lopes e Faria (2013, p. 30), afirmam que “(...) o ensino tornou-se um produto que podia ser modificado e otimizado, podendo ser vendido como mercadoria produzida industrialmente”.

Um segundo período da história do EaD é marcado pela presença da teoria do capital humano, que enfatiza a necessidade de investir em educação para viabilizar um maior desenvolvimento econômico (LOPES; FARIA, 2013). Essa teoria buscava explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano, existindo uma concepção de que, quando qualificado pela educação, o trabalho humano era um dos mais importantes fatores de aumento da produtividade (MINTO, 2001).

Em 1970 um novo período marca a história do EaD. É o início da utilização de dois meios de comunicação de massa: o rádio e a televisão. Suplementando os materiais impressos existentes, esse novo modo de comunicação chega em meio a uma crise das sociedades capitalistas, levando a uma reestruturação dos processos produtivos (LOPES; FARIA, 2013).

Com o surgimento da internet, “um sistema aparentemente mágico que permitia o acesso a um documento por computadores diferentes separados por qualquer distância” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p.46), uma educação com base na *web* possibilitou uma evolução em tecnologias que visam oferecer ambientes educacionais *on-line*.

A partir de 1990 o uso crescente desses ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) marca o início do quarto período da história do EaD no mundo. Peters (2009, p.41) afirma que “os sistemas educacionais, pressionados por uma variedade de forças sociais, econômicas e tecnológicas, estão se modificando de forma rápida e dramática”. O autor completa enfatizando que graças a essas mudanças a importância do EaD está crescendo novamente (PETERS, 2009).

Porém, Saviani (2010) ressalta que esta importância assume um novo significado. Se antes a educação era pautada em demandas coletivas, como crescimento econômico e riqueza social, na década de 1990 “a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para competição pelos empregos disponíveis” (SAVIANI, 2010). Lopes e Faria (2013) afirmam que este investimento não significa garantia plena de emprego, apenas viabiliza condições de disputar uma vaga no mercado de trabalho.

A seguir, apresentamos de forma mais detalhada a legislação que abrange o EaD, com uma atenção particular ao Brasil.

Legislação Brasileira

A partir da aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - BRASIL, 1996), o EaD se tornou uma modalidade plenamente integrada ao sistema de ensino brasileiro. Para Lopes e Farias (2013) esta legislação caracteriza um esforço em evidenciar a relevância social do EaD diante do crescimento no país.

Em 2005 o Decreto nº 5.622 regulamenta o art. 80 da LDBEN. Em seu Art. 1º, define:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

No art. 2º dispõe sobre os níveis e modalidades desde a educação básica aos níveis mais diversos:

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - Educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - Educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - Educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - Educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; b) tecnológicos, de nível superior;

V - Educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) sequenciais; b) de graduação; c) de especialização; d) de mestrado; e) de doutorado. (Brasil, 2005)

O Ministério da Educação (MEC), em seus Referências de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), revela oito itens considerados fundamentais para definir a qualidade do EaD em uma instituição:

(1) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (2) Sistemas de Comunicação; (3) Material didático; (4) Avaliação; (5) Equipe multidisciplinar; (6) Infraestrutura de apoio; (7) Gestão Acadêmico-Administrativa; (8) Sustentabilidade financeira. (Brasil, 2007).

Tomando como base os Referências de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), Lopes e Farias (2013) destacam a relevância de três pontos: O primeiro seria a “ideia pluralista de que não há um modelo único para EaD” (p.81). Posteriormente os autores enfatizam a “concepção do conhecimento não como mera transmissão, mas como construção” (p.81). E por fim, a “necessidade de qualificação permanente dos profissionais envolvidos” (p.81).

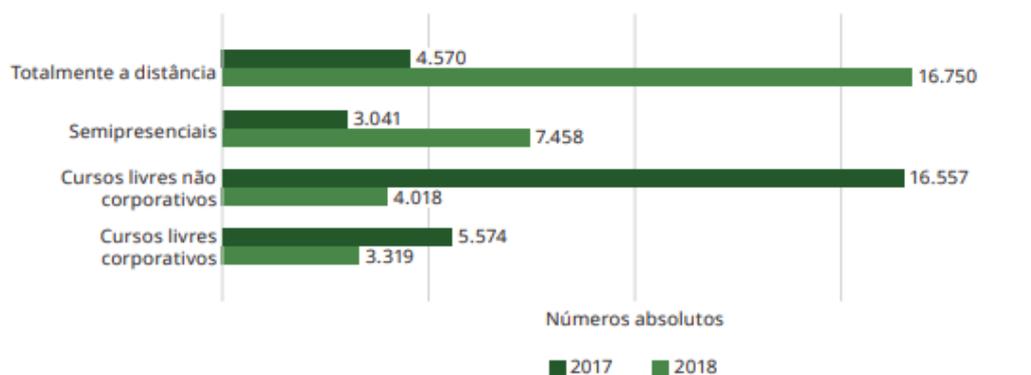
Esses três pontos levantados oferecem elementos para uma compreensão das características do EaD, pois é necessário, como dito anteriormente, analisar essa modalidade dentro do contexto da educação. Assim, não se corre o risco de descaracterizá-la e esvaziá-la do que lhe é fundamental, o fato de ser uma prática social e histórica (LOPES; FARIAS, 2013).

Estatísticas

No Brasil, o EaD vem em uma crescente exponencial, conforme dados do Censo EAD.BR divulgados pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). A seguir apresentamos dois gráficos que demonstram esta crescente.

O gráfico abaixo revela um aumento significativo de cursos totalmente a distância, na comparação entre os anos de 2017 e 2018.

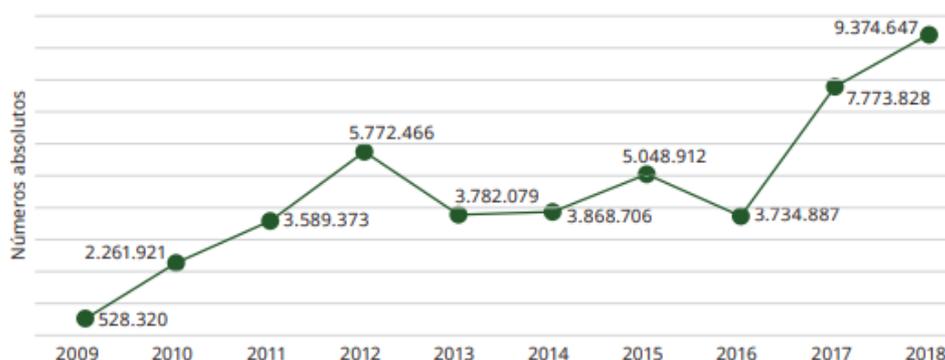
Gráfico 1 – Quantidade de cursos oferecidos em EAD no Brasil em 2017 e 2018



Fonte: Censo EAD.BR 2018 (ABED)

O Gráfico 2 demonstra que foi registrado um acréscimo de mais de 1.500.000 novos alunos em cursos a distância, sendo a maioria dessas matrículas em cursos semipresenciais (CENSO EAD.BR, 2018).

Gráfico 2 - Matrículas contabilizadas desde 2009



Fonte: Censo EAD.BR 2018 (ABED)

O número de alunos ingressantes nos cursos totalmente a distância cresceu de maneira acentuada, saltando de 561.667 alunos em 2016 para 2.358.934 alunos em 2018 (CENSO EAD.BR, 2018).

O crescimento do EaD no país é evidenciado pelas pesquisas realizadas pela ABED, que revelam um crescimento médio de 7% de 2017 para 2018 (CENSO EAD.BR, 2018). Os gráficos apresentados ressaltam o crescimento da busca pelo EaD e compreender as principais características desta modalidade de ensino, nos ajuda a entender os motivos deste crescimento.

2 Principais Características do EaD

Interatividade

É notório que o EaD evoluiu em conjunto com a evolução das tecnologias de comunicação. Porém, isto não significa necessariamente que houve uma evolução pedagógica nessa modalidade de ensino (LOPES; FARIAS, 2013). Como ressalta Demo (2006, p.90) “sempre é possível usar a tecnologia mais recente para continuar fazendo as mesmas velharias”.

A construção do conhecimento no EaD deve ter como base um processo de interatividade capaz de provocar e dar sustentação ao conjunto de aprendizagens pretendidas pelos participantes (LOPES; FARIAS, 2013). A introdução de Tecnologias Digitais da

Informação e Comunicação (TDICs) por si só não é capaz de fazer com que esse processo de construção ocorra. Para a criação de uma rede de aprendizagem colaborativa, é necessário a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo (LOPES; FARIAS, 2013).

O processo colaborativo tem como base fundamental, três perspectivas: o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento comportamental e a interdependência social, quando o sucesso de cada pessoa é afetado pelas ações dos outros (PIVA JÚNIOR; FREITAS, 2009). Atitudes como interação, descentralização do pensamento, ações conjuntas e coordenadas, reflexão, consciência social e colaboração, possibilitam uma troca constante entre os sujeitos envolvidos, gerando uma responsabilidade de aprendizado individual, mas ao mesmo tempo uma responsabilidade direta pelo aprendizado também do grupo (PIVA JÚNIOR; FREITAS, 2009).

Os AVAs se mostram de extrema importância para construção do conhecimento, pois proporcionam a alunos e professores uma bidirecionalidade na emissão e recepção de mensagens, característica que potencializa a comunicação (LOPES; FARIAS, 2013).

Santos (2004) afirma que para um AVA proporcionar uma aprendizagem colaborativa, ele deve contar com algumas características. Para o autor, são necessárias informações sobre o próprio AVA, ferramentas que possibilitem a troca de informações, as produções dos alunos devem ser expostas e uma ferramenta que possibilite uma busca por ajuda no próprio AVA, sendo intermediada pelo próprio professor, caso necessário (SANTOS, 2004).

Porém deve-se ter cautela ao tratar de AVAs, pois alguns estudos evidenciam que leitores de páginas *web* tendem a uma leitura segmentada, com mudanças frequentes de objeto e volátil (PALANGE, 2009). Modelos de comunicação com essência na informação devem ser pensados de maneira que propiciem um diálogo entre educador, educando e texto (*op. cit.*).

Autonomia

O EaD está envolto em um processo educacional que deve se articular de dois componentes essenciais, a autonomia e a ética (LOPES; FARIAS, 2013). Autonomia significa a capacidade de fazer as próprias escolhas, tomar as próprias decisões sem influências ou condicionamentos externos (HOUAISS; VILLAR, 2009). Segundo Lopes e Farias (2013) a construção de uma autonomia discente passa por etapas de desenvolvimento, que podem ser observadas desde cedo, e que continuam no decorrer da existência, presente nas decisões a serem tomadas ao longo da vida. No EaD, autonomia é definida como “a liberdade e independência na forma de aprendizagem” (LOPES; FARIAS, 2013, p. 174).

Já a ética no EaD é relacionada “a possibilidade de fraudes pelo fato que muitos processos se realizam sem a necessidade de uma presença física em um mesmo tempo e lugar dos participantes”, viabilizando uma crítica a realização de avaliações em ambientes virtuais, por exemplo (LOPES; FARIAS, 2013, p.178).

A capacidade do estudante em determinar os objetivos de sua aprendizagem torna esta autonomia recorrente e muito acentuada (LOPES; FARIAS, 2013). O aluno determina, na maioria das vezes, o seu tempo, quando e como estudar. Porém, por exigir do estudante características, como auto-estudo, auto-organização e uma autogestão, corre-se o risco de que esse aluno não consiga alcançar seus objetivos pela falta de presença física de um professor (LOPES; FARIAS, 2013). Esta ausência docente pode levar a uma impressão de que não existe diálogo, o que pode causar desmotivação para continuar o estudo.

No EaD, o aluno é também construtor de seus métodos de aprendizagem, assumindo maior responsabilidade sobre a construção do seu próprio conhecimento, porém isto não significa que ele se educa sozinho (LOPES; FARIAS, 2013). A construção da autonomia, na área da educação, é um trabalho do professor e do aluno e não uma tarefa isolada (LOPES; FARIAS, 2013).

Existe uma relação direta entre autonomia e libertação: quanto menos são as condições de opressão, maiores são as possibilidades de ser autônomo (LOPES; FARIAS, 2013). Para Lopes e Farias (2013), no EaD, esta autonomia remete a uma liberdade e independência na forma de aprendizagem.

Compreender essa flexibilização de tempo e espaço na modalidade EaD é crucial. É uma forma de conceder ao aluno liberdade para adquirir conhecimento formal no tempo e local que ele julgar adequados, desenvolvendo assim sua autonomia (LOPES; FARIAS, 2013).

3 Um desafio: evasão no EaD

Dentre os desafios enfrentados por instituições de educação brasileiras, existe um problema recorrente no EaD: a evasão estudantil. Johann descreve a evasão como:

“um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.” (Johann, 2012, p.65)

A evasão não se deve a uma causa única, ela é resultante de uma série de fatores complexos (LOBO, 2012). Setúbal (2010) afirma que existem escolas que são causa da evasão, criando obstáculos para alunos que retornam, apresentando um currículo formal distante da realidade vivida pelos discentes e desvalorizando a vivência anterior desses alunos.

É possível definir três aspectos referentes à causa da evasão: aspectos individuais, aspectos internos relacionados às instituições de ensino e aspectos externos (FARIA; MOURA, 2015). Os aspectos individuais são aqueles relacionados ao indivíduo e sua vivência, como por exemplo, dificuldade financeira, sobrecarga de trabalho e falta de tempo para estudos. Os aspectos internos relacionados à instituição são relacionados à falta de infraestrutura, qualificação de professores, insatisfação com o curso ou problemas com a plataforma utilizada. Aqueles que são considerados aspectos externos são por exemplo, falta de transporte público ou ausência de subsídio governamental (FARIA; MOURA, 2015).

As consequências dessa evasão geram impactos significativos na vida do estudante, podendo perpetuar experiências negativas vividas anteriormente e reforçar uma visão de incapacidade que possuem sobre si (WOODLEY; SIMPSON, 2015). A evasão também possui um impacto financeiro e pedagógico, algo que evidencia a falta de políticas públicas adequadas que visem reduzir esses prejuízos sociais (PEREIRA et al., 2020).

As taxas de evasão no Brasil continuam sendo uma preocupação ao se tratar EaD, ou mesmo Ensino Presencial (CENSO EAD.BR, 2018). Dados revelados pela ABED mostram que essas taxas se mantêm em um número preocupante. A maior porcentagem das instituições totalmente a distância (22,2%) permanece com taxas de evasão entre 26% e 50% (CENSO EAD.BR, 2018).

Os números elevados de evasão reforçam a necessidade de métodos que visem despertar interesse, motivação e aumentem a participação ativa dos discentes no processo de formação, viabilizando assim uma possibilidade de maior permanência (PEREIRA et al., 2020). Uma vez que o aluno permaneça em seu processo de aprendizagem o EaD é capaz de gerar contribuições significativas para o mesmo, e conseqüentemente para a sociedade.

4 Principais Contribuições do EAD

O EaD constitui uma modalidade de ensino de grande importância para atender de forma efetiva grande contingente de alunos, sem reduzir a qualidade dos serviços oferecidos (NUNES, 1994). Com o surgimento de novas abordagens em decorrência da crescente demanda e com

apoio de tecnologias na área da educação, é possível uma interação e colaboração entre pessoas isoladas geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados (ALVES, 2011).

Essas características acrescentam ao EaD uma relevância social de extrema importância (ALVES, 2011). Aqueles que são excluídos do processo educacional por estarem longe de universidades ou por indisponibilidade de tempo com horários tradicionais, tem no EaD uma possibilidade de formação (ALVES, 2011). Neste sentido, o EaD torna-se um instrumento essencial na promoção de oportunidades. Indivíduos que se adaptam e se apropriam desse tipo de ensino podem concluir um curso superior de qualidade conforme sua rotina, abdicando da necessidade de deslocamento e todo desgaste gerado por este.

O êxito do aluno em um curso é capaz de gerar benefícios para a sociedade, gerando uma pessoa capacitada e devidamente qualificada, e para o próprio aluno, gerando possíveis melhorias de vida (COSTA; SANTOS, 2017). Em contraponto, o insucesso desse aluno pode gerar problemas pessoais, como, por exemplo, dificuldades socioeconômicas, e consequentemente problemas sociais, como o aumento de estatísticas de desemprego.

Ressaltamos que pesquisas nesta área são de extrema importância, pois geram possibilidades de compreensão dessa modalidade de ensino, seus limites e possibilidades, o que contribui para seu sucesso, de abrangência mas também de qualidade.

Referências

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

BELLONI, Maria. Luiza. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL, Constituição; BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL, MEC. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **DOU, Brasília**, n. 243, 2005.

BRASIL, MEC. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação.

Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018 = Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2018 [livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. Camila Rosa (tradutora). Curitiba: InterSaberes, 2019.

COSTA, Renata Luiza da; SANTOS, Júlio César dos. **A evasão em cursos técnicos a distância**. Educ. rev., Curitiba, n. 66, p. 241-256, Dec. 2017.

DEMO, Pedro. Formação permanente e tecnologias educacionais. In: **Formação permanente e tecnologias educacionais**. 2006.

FARIA, Débora SA; MOURA, Dante Henrique. Desistência e permanência de estudantes de ensino médio do proeja. **HOLOS**, v. 4, p. 151-165, 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 2009.

JOHANN, Cristiane Cabral et al. Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo. 2012.

KEEGAN, Desmond. **Foundations of distance education**. Psychology Press, 1991.

LOBO, R. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. *ABMES*, Cadernos n. 25, 2012. Disponível em: <Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf >. Acesso em: 24 set. 2020.

LOPES, Luís Fernando; FARIA, Adriano Antônio. O que e o quem da EaD: história e fundamentos. **Curitiba: InterSaberes**, 2013.

MINTO, Lalo Watanabe. Teoria do Capital Humano. **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas, 2001.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. **Revista educação à distância**, v. 4, n. 5, p. 7-25, 1994.

PALANGE, I.; MESQUITA, D.; LEMOS, M. F. R. Educação a Distância: o material impresso não morreu. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 15., 2009, Fortaleza.

PEREIRA, Debora; HAHN, Fábio André; BOVO, Marcos Clair. A Sala de Aula Invertida como possibilidade no combate à evasão escolar. **Multitemas**, p. 51-72, 2020.

PETERS, O. **A Educação a Distância em Transição: Tendências e Desafios**. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

PIVA JR, Dilermando; DE FREITAS, Ricardo L. A utilização de Tecnologias Colaborativas no desenvolvimento de habilidades e atitudes em Estudantes de Cursos na área Tecnológica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 15. 2009 Fortaleza.

PRETI, Oreste. **Fundamentos e políticas em educação a distância**. Curitiba: Ibplex, 2002.

SANTOS, Lílian Carmen Lima dos. Educação a distância na formação dos professores. **Formação de professores: política e profissionalização**. Alagoas: Edufal, p. 35-65, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2010.

SETÚBAL, Maria Alice. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 91, n. 228, 2010.

WOODLEY, A.; SIMPSON, O. Evasão: o elefante na sala. **Educação a distância online: construindo uma agenda de pesquisa**. São Paulo: Artesanato Educacional, p. 473-498, 2015.